



CIEA7 #22:

MIGRATION – FOOD – SECURITY. FLOWS, DYNAMICS AND TURBULENCES IN AFRICAN AGRARIAN SOCIETIES.

Joelma Almeida<sup>◊</sup>

almeida.joelma@gmail.com

### **A Cultura Migratória da África Ocidental: Continuidades e Rupturas no Pós-Independência**

*A migração internacional é um estratégia ordinária a que vários povos da África Ocidental têm recorrido para superar as adversidades climáticas, demográficas, económicas, políticas e/ou sociais com que se têm confrontado ao longo dos tempos. Amplamente disseminada por toda a região, com raízes históricas que remontam ao Colonialismo, e imbuída no repertório das experiências das comunidades, o movimento migratório constitui uma etapa necessária ao bem-estar das suas famílias e, por vezes, comunidades. Como consequência, constitui, frequentemente, o elo de ligação entre o “local” e o “global”.*

*Transcorridos cinquenta anos da Independência, a migração internacional organiza-se em torno a novas referências. Na presente comunicação discutir-se-ão as continuidades e descontinuidades observadas em resposta à crise dos “trinta gloriosos” e à reconfiguração do sistema migratório implementado.*

Migração Internacional, África Ocidental.

---

<sup>◊</sup> Centro de Estudos Africanos – ISCTE-IUL.

## INTRODUÇÃO

Desde tempos imemorráveis, a mobilidade espacial é uma das características das populações da África Ocidental<sup>1</sup>. A posição geográfica (em que três países são enclaves) e a sua ecologia<sup>2</sup> são dois factores que concorreram para essa mobilidade ao longo do tempo e através do espaço.

Vários povos que actualmente habitam a África Ocidental não são originários da sua área de residência. Grande parte das regiões da África Ocidental é habitada por grupos que se deslocaram, por etapas, tendencialmente de norte para sul e de este para oeste pela elevada densidade populacional, esgotamento da fertilidade dos solos e ocupação do território de origem por grupo invasor, proselitismo religioso e entre outras. A par das deslocações de carácter mais duradouro, ocorriam movimentos populacionais sazonais. Grupos pastoris (i.e. Fulani) praticavam a transumância dado a escassez de água e de pastagem, aproveitando para permutar produtos do Norte (i.e. sal e peles) por produtos do Sul (i.e. ouro e cereais). Grupos de comerciantes (i.e. Zerma, Hausa, Soninké e Yoruba) percorriam longos percursos para escoar os seus produtos, permanecendo por longos períodos fora das regiões de origem. Acresça-se ainda as deslocações de carácter coercitivo, provocadas por calamidades naturais (i.e. secas, epidemias, epizootias e epifitias) e, em particular, o comércio de escravos.

A colonização da região pelas potências europeias (em particular franceses, ingleses e portugueses) trouxe profundas alterações à organização e social das sociedades tradicionais e, por conseguinte, aos padrões de movimentos. À excepção do comércio de escravos transatlântico e as fugas por ocupação do território por invasor, a maioria das deslocações pré-coloniais são entendidas como migrações espontâneas, geralmente circulares, sazonais e de curta duração<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Entenda-se por África Ocidental o grupo de dezasseis países localizados na região ocidental do continente africano, em conformidade com a classificação do Departamento dos Assuntos Económico e Sociais – Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (<http://unstats.un.org>): dois países lusófonos (Cabo Verde e Guiné-Bissau), um árabe (Mauritânia), cinco anglófonos (Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa) e oito francófonos (Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Conarki, Mali, Niger, Senegal e Togo).

<sup>2</sup> Recorre aqui à classificação de ecologia na África Ocidental usada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a qual distingue duas regiões ecológicas: a região do sahel com condições agro-ecológicas sudano-sahelianas e a região costeira com condições húmidas e semi-húmidas. A região do Sahel é uma faixa horizontal que se estende da Mauritânia ao Niger, incluindo Cabo-Verde e a Senegâmbia, ao passo que a região costeira abrange os países do Golfo da Guiné (da Guiné-Bissau à Nigéria).

<sup>3</sup> Entenda-se aqui “migração” num sentido mais alargado, numa acepção de movimento espacial de um indivíduo ou grupo de indivíduos do espaço A para o espaço B, implicando a presença continuada por um período no espaço B. Uma definição mais rigorosa que envolva os critérios de “travessia de uma fronteira administrativa” e “presença contínua na sociedade de destino” – e, por arrastamento, alguma ruptura com a sociedade de origem e alguma adaptação à sociedade de destino – dificilmente permitiria classificar a maioria das deslocações pré-coloniais como «migração». Essa classificação só seria possível a partir do período colonial com a delimitação registada do território e o controlo dos períodos de estadia.

Ao mudar o centro de gravidade da actividade económica do interior para o litoral e ao criar centros de desenvolvimento em torno a depósitos de minerais, a colonização europeia alterou a organização social dos povos da região e, por arrastamento, a natureza da sua mobilidade espacial. Para satisfazer as necessidades da indústria europeia (e.g. óleo vegetal e tecidos), desenvolveram-se culturas para exportação de acordo com a geografia física da região. Os países localizados na zona costeira florestal especializavam-se na produção do cacau, café, óleo e noz de palma e borracha (Gana, Costa do Marfim, Nigéria), ao passo que os países localizados nas cinturas climáticas secas da região sahel-sudanesa especializavam-se em produtos agrícolas que requeriam menos chuva, nomeadamente algodão e amendoim e na criação de gado para exploração das peles e couros (Senegal, Níger, Burkina Faso). Por sua vez, minerais como o ouro (Costa do Ouro, actual Gana), diamantes (Serra Leoa e Gana), estanho e colmbite (Nigéria) e carvão (Nigéria) foram explorados na zona do Golfo da Guiné.

O desenvolvimento de culturas de exportação e a criação de estradas e ferrovias de escoamento de produtos para os portos onde essas matérias-primas eram embarcadas para a Europa originou uma redistribuição das populações em grande escala. Assim sendo, o sistema migratório passou a assentar na produção agrícola e exploração mineira. Habitualmente, as potências coloniais resolviam a escassez de mão-de-obra nas zonas económicas a litoral com o recrutamento de mão-de-obra das zonas interiores. Os indivíduos deslocavam-se entre as áreas pobres de agricultura de subsistência ou de forte densidade populacional para os enclaves das plantações agrícolas ou minas.

As políticas coloniais mudaram a natureza dos movimentos espaciais das populações não só em termos produção ou actividades relacionadas com a produção (e.g. transporte). O comércio também irá intensificar-se no Sul, prolongando-se às zonas costeiras a partir de então isentas dos entraves impostos por certos grupos na era pré-colonial (e.g. Ashanti) e reforçando a tradicional direcção norte-sul dos movimentos ditados por factores climáticos.

Com a independência dos países africanos, o sistema migratório da região não é imediatamente afectado. Os migrantes continuam a percorrer as rotas estabelecidas pelas potências coloniais até ao final dos anos 60, altura em que alguns governos independentes, assolados por problemas económicos, sociais e/ou políticos, impõem controlos à entrada e permanência de «estrangeiros» nos seus territórios. Esta comunicação visa precisamente discutir as principais características do sistema migratório internacional na África Ocidental nos últimos cinquenta anos, em particular enfatizar as continuidades e rupturas entre os períodos colonial e pós-colonial.

## QUADRO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

A conceptualização da “migração” em termos espaciais e temporais é relevante na análise da mobilidade das populações do continente africano em geral, e das populações na região ocidental em particular, na medida em que a mobilidade espacial das suas populações sempre foi muito intensa. Desde tempos imemoráveis, os indivíduos deslocam-se por motivos comerciais, religiosos, familiares, recursos hídricos, pastagens ou solos, entre outros, por vezes sem atravessar uma fronteira definida e/ou sem permanecer no local de destino por um período de tempo suficiente, sendo, por isso, difícil classificar esse movimento como migração. Embora as dimensões espacial e temporal assentem em classificações definidas pelas autoridades, não existe um consenso na *comunidade internacional* em relação à duração da estadia para que uma deslocação seja entendida como migração. A nível internacional, vários Estados, ou uniões de Estados entendem uma estadia inferior ou igual a três meses como turismo. Ultrapassado este período, o «deslocado» é obrigado a regressar ou a requer uma autorização para permanecer ou residir no Estado receptor.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental - organização que reúne, à excepção da Mauritânia, todos os Estados da África Ocidental - distingue três tipos de migrantes no seu protocolo relativo à liberdade de movimento, residência e estabelecimento, adoptado em Maio de 1979 e em vigor desde 5 de Junho de 1980 (A/P.1/5/1979), e respectivas adendas (A/SP.1/7/1986; A/SP.2/5/90). O migrante (ou melhor trabalhador migrante) – cidadão nacional de um Estado-membro que viajou do país de origem para o território de um outro Estado-membro de que não é nacional e que pretende aí trabalhar – inclui o trabalhador da zona de fronteira – trabalhador migrante que trabalhar num Estado-membro mas mantém a sua residência normalmente num Estado-membro vizinho que é o seu país de origem e ao qual regressa todos os dias ou pelo menos uma vez por semana; o trabalhador sazonal – trabalhador migrante empregado ou praticando um negócio por conta própria num Estado-membro do qual não é nacional, cuja actividade está, pela sua natureza, dependente das condições sazonais e cuja prática da actividade só é possível durante uma parte do ano; trabalhadores itinerantes – trabalhadores normal residentes de um Estado-membro que viajaram para outro Estado-membro durante um breve período para efeitos da sua actividade profissional. O termo migrante (ou trabalhador migrante) exclui, por sua vez, pessoas em posições oficiais, empregados de organizações internacionais ou de um Estado fora do território daquele Estado, cuja entrada no país e condições de serviços são reguladas pela lei internacional geral ou por convenções

ou acordos internacionais específicos; pessoas em posições oficiais, empregadas por um Estado fora do território daquele Estado para implementação de programas de cooperação para o desenvolvimento acordados com o país receptor, cuja entrada no país e condições de serviço são estabelecidas por Convenções e Acordos Internacionais específicos; pessoas cujas relações laborais com o empregador não foram estabelecidas no Estado-membro receptor; pessoas que se tornam residentes como investidores num país diferente do seu Estado de origem ou que, desde a sua chegada ao país receptor, têm desempenhado uma actividade económica como empregador.

A definição de migrante/trabalhador migrante supra apresentada exclui não só os casos referidos (empregados de organizações internacionais ou outros Estados ao abrigo da legislação, convenção ou acordos internacionais, empregados cujas relações laborais foram estabelecidas no exterior e investidores ou empregadores), mas os casos implícitos, isto é, todos aqueles que não exercem uma actividade profissional (e.g. estudantes, domésticas, refugiados, entre outros). Esta delimitação vai ao encontro de uma corrente de estudos sobre migrações que perdurou até finais do século XX, na qual “migração” era sinónimo de “migração laboral”. Embora preenchendo as critérios para identificação o movimento espacial como “migração”, os restantes movimentos eram entendidos como episódios ou acontecimentos extraordinários. Hoje, num mundo onde uma fatia significativa da população se move para efeitos laborais, tende-se a excluir as causas do conjunto de critérios para classificar um movimento de “migração”. Nesta comunicação, recorrer-se-á precisamente a uma aceção de migração independente das causas, isto é, à migração como movimento entre espaços que envolve a travessia de uma fronteira administrativa e a presença na sociedade de destino por um período continuado.

•

A tentativa de compreensão das dinâmicas migratórias na África Ocidental é um fenómeno recente. A despeito da existência de documentos que nos permitem apreender o fenómeno migratório no período pré-colonial e colonial, essa trata a migração como um fenómeno secundário e é essencialmente descritiva. Com efeito, o conhecimento sobre a dinâmica migratória no período colonial resulta de uma compilação de informação dispersa em documentos (i.e. relatórios, etnografias, legislação) relativos à organização familiar, social e política dos povos africanos, produzidos pela Administração colonial, missionários e/ou antropólogos. Os estudos produzidos por alguns investigadores sulafricanos e pelo Rhodes-Livingstone Institute constituem uma excepção a essa situação.

A produção científica sobre migrações africanas ganha expressão no Pós Segunda Guerra Mundial, na sequência do crescente interesse pelo fenómeno da urbanização em África e as ligações entre o rural e o urbano, que remete necessariamente as migrações internas rurais-urbanas. Por esta altura poucos estudos foram dedicados às migrações internacionais. Com efeito, os estudos coordenados por Audrey Richard no East African Institute of Social Research (Uganda) sobre as migrações laborais no Buganda e Jean Rouch sobre as migrações internacionais no Gana constituem duas das poucas exceções, segundo as informações obtidas até ao momento.

Os estudos no âmbito dos paradigmas dependentista (e.g. Amim 1972 e Amselle 1976) e sistémico (e.g. Walerstein 1965 e Mobogunje 1972) destacam-se entre os estudos interpretativos das dinâmicas das migrações internacionais da região. A partir de meados dos anos sessenta, já após a independência de uma grande parte dos países africanos, os cientistas sociais passam a dedicar-se também ao estudo dos fluxos migratórios internacionais, inclusive recuperando documentos produzidos durante o período colonial e analisando-os sob a perspectiva do sistema mundial. Uns estudos enfatizam a cultura migratória de determinados grupos étnicos (os soninké, os mossi, os dogon, etc.) por oposição a outros que salientam os grupos nacionais (os burkinabé, os malianos, os nigerinos, etc.).

A par das análises supra mencionadas, aparecem análises quantitativas de migrações internacionais com base em inquéritos especificamente realizados (e.g. Burkina Faso, Senegal, Togo, Benim, Gana, Mali). Embora existam estimativas aceitáveis sobre os stocks, os dados sobre migrações em geral na região também são fracos, devido à fraca fiabilidade das três possíveis fontes de dados: recenseamento da população, registos públicos e inquéritos específicos. Na década de 60, apenas cerca de 50% dos países haviam conduzido um recenseamento à sua população (Cabo Verde 1960, Gâmbia 1963, Gana 1960, Guiné 1960, Guiné-Bissau 1960, Nigéria 1962/3 e Serra Leoa 1963). Os restantes países conduzem-no ao longo da década de 70 (Benim 1979, Burkina Faso 1975, Costa do Marfim 1975, Libéria 1974/5, Mali 1976, Mauritânia 1976/7, Níger 1977, Senegal 1976 e Togo 1970). Transcorridos cinquenta anos das independências, a situação dos recenseamentos não sofreu grandes alterações. À semelhança da década de 60, apenas 7 países conduziram recenseamentos na presente década (Benim 2002, Cabo Verde 2000, Gâmbia 2003, Gana 2000, Mauritânia 2000, Níger 2001 e Senegal 2002). Cabo Verde e a Gâmbia são os únicos países onde se realizou recenseamentos de modo contínuo. Segundo Sergio Ricca (1991), a razão para a escassez de recenseamentos prende-se essencialmente aos custos envolvidos, os quais inviabilizariam a cobertura de serviços

básicos como a saúde. Além disso, os Estados da região manifestam dificuldades administrativas na condução dos recenseamentos e, em alguns casos, receiam o efeito que possa advir de resultados que salientem desequilíbrios entre grupos étnicos ou regionais em detrimento do grupo que controla o aparelho estatal. Os inquiridos manifestam desconfiança, lembrando-se dos recenseamentos administrativos conduzidos no período colonial para efeitos de tributação.

Os registos administrativos, em particular o de entradas e saídas através de fronteiras internacionais e autorizações de trabalho e/ou residência, constituiriam teoricamente uma alternativa para recolha de dados sobre migração internacional. Contudo, na prática, não o são. Não há esforço no sentido de registar entradas e saídas e, mesmo quando se observa um esforço, os dados não são disponibilizados. Além disso, muitas travessias não se fazem por postos de fronteira e, mesmo as que se fazem, frequentemente subornos, apesar do protocolo de livre circulação da Economic Community of West African States (ECOWAS). A maioria dos migrantes africanos exerce actividades no sector informal, não dispendo de qualquer contrato de trabalho e, por conseguinte, não sendo possível requer uma autorização de trabalho. Por último, apesar de se desconhecer o volume de imigrantes ilegais, a literatura salienta a existência de uma grande fatia dos migrantes que não possui qualquer documento de residência, permanecendo ilegalmente, mesmo quando entram legalmente.

A presente comunicação resulta de uma análise essencialmente qualitativa, combinada com uma análise de estatísticas publicadas pelas Nações Unidas sobre a região, ainda que tendo presente que esses dados são meramente indicativos, não reflectindo o volume da migração, e que a informação fornecida refere-se a stocks, não permitindo aferir os fluxos. Para colmatar essa lacuna e para proceder a uma análise sistémica dos fluxos, recorreremos a inquéritos realizados pelos países da região (ex: Burkina Faso 1974-5, Senegal 1979, Benin 2000) ou a perfis migratórios financiados por organizações internacionais: Nações Unidas (ex: Togo 1986) ou Organização Internacional das Migrações (Cabo-Verde, Costa do Marfim, Gana, Mali, Mauritânia, Nigéria, Níger e Senegal).

## FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS LABORAIS

O sistema migratório internacional que vigorou na África Ocidental no Pós-independência não pode ser dissociado do sistema migratório internacional criado e desenvolvido no período colonial. Embora colonizada por várias potências coloniais diferentes, essa região desenvolveu um sistema migratório composto por dois sub-

sistemas: o das colónias inglesas e o das colónias francesas<sup>4</sup>. Um elevado volume de uma mão-de-obra foi mobilizado para a conquista de territórios (e.g. tirailleurs senegaleses na Costa do Marfim), criação de infraestruturas (portos, rodovias, ferrovias, edifícios, etc.), exploração de minérios e/ou exercício de actividades laborais relacionados com a agricultura.

Durante a colonização, o centro da gravidade da actividade económica é deslocado do interior para o litoral, alterando a organização social dos povos das regiões e, por arrastamento, a natureza da mobilidade espacial. A aposta em culturas de exportação para responder às necessidades da indústria europeia e a criação de estradas e ferrovias conducentes a portos para escoamento dos produtos origina uma redistribuição das populações em grande escala.

O sistema migratório laboral assente na exploração mineira e produção agrícola de exportação, em que os países localizados na zona costeiras especializam-se na produção do cacau e do café (Gana, Costa do Marfim e Nigéria) e os países localizados nas cinturas climáticas secas da região sudano-saheliana especializam-se em produtos agrícolas que requerem menos água como o algodão e o amendoim (Senegâmbia, Mali e Níger), marca o período em questão. Por sua vez, minerais como ouro, diamantes, estanho, colómbite e carvão, são explorados em vários países do Golfo da Guiné (e.g. Gana, Serra Leoa e Nigéria).

A escassez de mão-de-obra nas zonas económicas foi resolvida com o recrutamento de mão-de-obra sazonal interna e/ou externa em zonas onde essa abundava (e.g. Burkina Faso, Níger, Mali e Guiné Conakri). Os potenciais migrantes resistiram de várias formas à coerção usada no recrutamento, nomeadamente a fuga para outras regiões alternativas. A título de exemplo, houve uma vasta migração dos burkinabés (colónia francesa) para o Gana (colónia inglesa), onde as condições laborais eram mais favoráveis, até a França abolir o trabalho forçado após o final da Segunda Guerra Mundial. Com a redução do nível da coerção, uma parte dos burkinabés seguem o fluxo de mão-de-obra da África Francesa Ocidental orientada para as plantações da Costa do Marfim.

A necessidade de moeda para efectuar o pagamento de taxas e comprar bens consumíveis compele os camponeses a emigrar da sua região de origem para as plantações agrícolas (Gana, Costa do Marfim, Senegal e Gâmbia), as explorações de minas (Gana, Nigéria e Serra Leoa), a construção de infra-estruturas, prestação de serviços às autoridades ou colonos, entre outras, o que implicava a ausência do local

---

<sup>4</sup> Não se pode falar de um sub-sistema de mão-de-obra português na medida em que não se estabeleceram correntes de migração significativa entre as duas colónias portuguesas localizadas na região. Durante o período em questão, a migração caboverdiana dirigia-se essencialmente para os Estados Unidos e para São Tomé, colónia lusófona mas localizada na África Central.

de residência por um período de tempo variável. Assim sendo, mesmo quando o trabalho forçado é abolido, os fluxos migratórios perpetuam-se.

A estratégia de desenvolvimento implementada pelas autoridades coloniais aumentou a procura de mão-de-obra e induziu à criação de um excesso de população altamente móvel, que se desloca entre as áreas pouco desenvolvidas para as áreas em desenvolvimento. Os fornecedores de mão-de-obra são os países onde o clima e o solo não permitem uma produção para exportação sem grandes investimentos, normalmente localizadas na zona interior (Mali, Burkina Faso, Níger e Guiné Conakry) ou as zonas costeiras onde a mão-de-obra excede os recursos produtivos (Benim e Togo).

Com a independência dos países africanos, o sistema migratório da região não é imediatamente afectado. O sistema migratório criado e desenvolvido durante o período colonial perpetua-se durante a primeira metade da década de 60. O Gana, a Costa do Marfim e, em menor escala, o Senegal, tradicionais países de imigração, prolongam o seu estatuto de centros receptores de migração laboral. A partir da segunda metade dos anos 60, a situação altera-se sob efeito de uma combinação de factores económico-sociais, políticos e ambientais.

A quebra dos preços dos produtos primários agrícolas, em particular do cacau em 1964, associados aos problemas económicos resultantes de um elevado investimento no sector industrial em projectos de desenvolvimento em detrimento da agricultura, desembocou numa crise económica e política no Gana. Em 1969, o governo ganês decreta a expulsão de todos os estrangeiros ilegais no território. Deste modo, o Gana abandona a sua condição no sistema de migrações laborais: não só deixa de ser um pólo de atracção para migrantes com pouca qualificação provenientes dos países vizinhos, como também passa a exportar mão-de-obra, inclusive qualificada, inicialmente para a Nigéria, mas mais tarde para outras regiões do continente africano (e.g. Lesoto e África do Sul) e para a Europa (e.g. Reino Unido e Itália).

A descida do preço do cacau não se repercute da mesma forma na Costa do Marfim<sup>5</sup>, país francófono que absorveu, desde o final da política de recrutamento forçado, um número cada vez maior de fluxos de burkinabés e malianos, anteriormente orientados para o Gana. A diversificação da produção agrícola, com a introdução de culturas de subsistência (arroz, milho, sorgo, etc.) nas zonas de savana, a expansão da cultura de algodão e a introdução da cana-de-açúcar na região setentrional, aliada a uma aposta no sector industrial, não só amorteceu as

---

<sup>5</sup> A dimensão das propriedades agrícolas e os mecanismos de comercialização do produto poderão constituir alguns elementos explicativos à diferença no impacto da descida do preço do cacau no Gana e na Costa do Marfim.

dificuldades resultantes da redução do preço do cacau como também contribuiu para a criação da base do chamado período de “milagre”, correspondente às duas primeiras décadas da independência. Este modelo que entra em crise nos anos 80, a morte do presidente Félix Houphouët-Boigny em 1993, que sempre promovera uma política de mão-de-obra imigrante, e a crise política e económica que se evidenciou, vão estar na origem do processo de marfinização do país. A mobilização política dos sentimentos da população autóctone contra estrangeiros (naturais ou não) criará uma onda de xenofobia contra os burbinakés e malianos, duas das comunidades mais representadas em termos numericamente representadas e de maior antiguidade.

A Nigéria surge como uma alternativa para a mão-de-obra migrante habitualmente canalizada para o Gana, no período do *boom* do petróleo, vivenciado após o conflito de Biafra 1967-70. Essa abertura do país aos estrangeiros resulta de uma grande procura de mão-de-obra para satisfazer as necessidades de um investimento que se vinha fazendo no sector industrial e em projectos de desenvolvimento, baseado nos potenciais rendimentos da exploração petrolífera. Contudo, no final dos anos 70, o modelo económico baseado na exploração petrolífera entra em crise e, mais uma vez, os estrangeiros (em particular ganeses e togoleses) são alvo de expulsão (1983 e 1985). O fim do “boom” levará os nigerianos a abandonarem o país rumo a outras regiões de África e aos países anglófonos do continente europeu e americano.

O Senegal também sofre um revês no volume de mão-de-obra imigrante proveniente dos países vizinhos (Mali e Guiné) para trabalho sazonal em actividades relacionadas com a cultura do amendoim. As secas que se fizeram sentir em particular na região do Sahel nos anos sessenta, setenta e oitenta e a desvalorização da moeda CFA em 1994 compele os camponeses a enveredar por outras actividades económicas e/ou a engrossar o grupo de potenciais emigrantes para outras regiões do continente africano e/ou para a Europa.

Em suma, o sistema migratório do período colonial já entrará em colapso em meados dos anos 80. A mão-de-obra migrante já procurava rotas alternativas, rumava em direcção a outros sistemas migratórios, dentro e fora do continente. Não obstante, as políticas cada vez mais restritivas dos tradicionais países de imigração, os potenciais imigrantes esboçavam alternativas para as contornar, nunca as entendendo como obstáculos inultrapassáveis: novas rotas – por via terrestre (e.g. transarianas) e marítima (transatlânticas), que requerem recursos financeiros avultados, mais tempo de viagem e multi-etapas; novos destinos, frequentemente países com os quais o migrante não possui qualquer afinidade cultural, entre outros. É neste âmbito que tradicionais países de emigração ou imigração assumem gradualmente a condição de

países de trânsito e que o enfoque dos movimentos migratórios se desloca novamente para a zona do Sahel. O Mali, a Mauritânia, o Níger, o Senegal constituem actualmente etapas importantes (e por tempo indeterminado) nas trajetórias que conduzem os migrantes (sem documentação apropriada) para a Europa, dado a sua posição charneira entre a África subsariana e o Magreb e à implementação do protocolo de mobilidade dos cidadãos da ECOWAS.

## FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS INDUZIDOS POR CONFLITO

A África Ocidental é entendida como uma das regiões com menor contribuição para o volume das migrações forçadas em África durante as primeiras as três décadas do Pós-independência. Essa situação deve-se não há inexistência de conflitos violentos, mas antes à quase inexistência de guerras civis até ao final dos anos 90. A guerra colonial na Guiné-Bissau (até 1974), a guerra civil nigeriana (1967-70) entre a República Federal da Nigéria e a auto-proclamada República de Biafra, na sequência da secessão da região leste da Nigéria, e a emergência de um conflito que gradualmente adquirirá os contornos de uma guerra civil localizada a sul do Senegal, na sequência da tentativa secessionista da região de Casamance, todos estes episódios constituem excepções no contexto regional.

Logo após a independência, os governos da região assumiram a forma de repúblicas, com sistemas presidenciais que cedo adoptaram o sistema de partido único, constituindo-se como verdadeiras autocracias eleitorais. Regra geral, nesses sistemas políticos, a oposição não era tolerada, era entendida como um perigo à estabilidade dos mandatos presidenciais. Os opositores e seus seguidores eram perseguidos, detidos e torturados, senão executados. Como reacção, os grupos de oposição tendiam a iniciar uma guerrilha a partir dos países vizinhos.

Os presidentes assumiam os seus cargos como vitalícios, renunciando-os apenas quando a morte os reclamava (e.g. Milton Margai na Serra Leoa, Ahmed Sekou Touré e Lansana Conté na Guiné Conakri e Félix Houphouët-Boigny na Costa do Marfim) ou quando se perpetravam golpes de estado com êxito. À excepção de Cabo Verde e o Senegal, os países da África Ocidental não escaparam a esta última sorte. Togo estreia com o primeiro golpe com êxito (1963) e o Níger encerra com um último golpe em 2010.

Entre 1957 e 2010, registaram-se 49 golpes de estado com êxito no total: quatro com apenas um (Libéria 1980, Costa do Marfim 1999, Gâmbia 1994), três com dois (Guiné Bissau 1980 e 2003; Guiné Conakri 1984 e 2008; Mali 1968 e 1991), um com três (Togo 1963, 1967 e 2005), um com quatro (Níger 1974, 1996, 1999 e 2010),

três com cinco (Gana 1966, 1972, 1978, 1979 e 1981; Mauritânia 1978, 1980, 1984, 2005 e 2009; Serra Leoa 1967, 1968, 1992, 1996 e 1997); e três com seis (Benim 1963, Novembro e Dezembro 1965, 1967, 1969 e 1972; Nigéria Janeiro e Julho de 1966, 1975, 1983, 1985 e 1993; Burkina Faso 1966, 1974, 1980, 1982, 1983 e 1987).

Senghor no Senegal e Siaka Stevens na Serra Leoa foram dos poucos presidentes africanos que renunciaram o poder voluntariamente, ainda que num período em que a crise económica e social se encontrava em estado avançado e numa situação em que criam as condições para que o seu sucessor seja um dos seus delfins. Em casos mais extremos, determinados mandatos de chefes de estado foram cessados com assassinatos (Togo 1963 e Burkina Faso Niger 1996) ou guerras civis (Libéria 1989 e Serra Leoa 1991).

A guerra civil da Libéria (1989) vem inaugurar um novo padrão de conflito na região: guerras com impacto de destabilização nos estados vizinhos, recurso a violência extrema contra os civis e guerras de longa duração. As guerras da Libéria (1989), Serra Leoa (1991) e Costa do Marfim (2002) reflectiram-se nos países vizinhos quer por alastramento do conflito, quer pelo elevado volume de produção de refugiados e migrantes que regressam aos seus países de origem ou ao país de origem dos seus antepassados.

Os dois períodos (antes e a partir da guerra civil da Libéria) irão reflectir-se de modo diferente no volume de migrações induzidas por conflito. O tipo de conflito existente no primeiro período produziu um volume de refugiados pouco significativo quando comparado com outras regiões do continente. As razões prendem-se com a natureza do conflito (intensidade, extensão e duração), com o reconhecimento jurídico que é atribuído aos deslocados pelos conflitos e ao desconhecimento ou desinteresse por parte dos indivíduos em fuga em requer asilo. À excepção dos guineenses lusófonos, não houve uma vontade política por parte dos estados ocidentais de reconhecer juridicamente determinadas correntes de migrantes como refugiados, embora apresentassem os requisitos para o efeito. Por sua vez, os civis em fugas tendiam a refugiar-se, nos países vizinhos, entre as suas comunidades ou os seus grupos étnicos, não requerendo formalmente asilo político.

Uma análise das estatísticas do ACNUR confirma a pouca relevância do volume de refugiados neste período. Segundo as estatísticas da organização onusiana, a Guiné-Bissau durante a guerra colonial e o Gana durante o mandato tumultuoso de Nkrumah são os únicos estados produtores de refugiados, em particular dentro do continente, com registo de volume significativo (igual ou superior a 5 mil) década de 60. O Benim e a Guiné aparecem nos registos desde a década de 70; a

Gâmbia, a Libéria e a Mauritânia desde a década de 80; a Costa do Marfim, o Mali, a Serra Leoa, o Togo e o Senegal desde a década 90; e a Nigéria desde o novo milénio.

O volume de refugiados é, no entanto, significativo a partir dos finais dos anos 80 com o eclodir da guerra civil na Libéria. O primeiro ano de guerra produz, nos países limítrofes dos países em guerra, 723 mil refugiados liberianos, 143 mil refugiados serra-leonenses e 22 mil refugiados marfinenses. Com o decorrer dessas guerras civis (Libéria 1989-2003, Serra Leoa 1991-2002 e Costa de Marfim 2002-2007), o volume não só sofreu um considerável aumento, assim como se difundiu por outras regiões do continente e para outros continentes. Os acordos de paz e as supostas cessações de conflitos não corresponderam a um imediato regresso dos refugiados aos países de origem. Pelo contrário, o regresso é actualmente um processo moroso, que envolve uma avaliação de uma série de elementos por partes dos seus actores. É cada vez mais frequente o tão verbalmente reclamado regresso e o tão estimulado repatriamento nunca verem a luz do dia.

## OBSERVAÇÕES FINAIS

A análise do sistema migratório internacional revela o desmantelamento do sistema criado e desenvolvido pelas potências coloniais, que assentava em zonas de cultura de rendimento e exploração mineira, localizadas em zonas costeiras, e em zonas de abastecimento de mão-de-obra na zona sudanesa-saheliana e, em menor escala, zonas costeiras de pequena dimensão como o Benin e o Togo.

O desmantelamento decorre de uma combinação de políticas económicas dos tradicionais países de recepção de mão-de-obra, deterioração dos termos de troca a nível internacional e desvalorização da moeda. Antes do seu desmantelamento, o sistema sofreu mudanças com a entrada da Nigéria como país receptor de mão-de-obra estrangeira. A participação da Nigéria foi de curta duração, na medida em que, nos finais dos anos 70, o modelo de desenvolvimento assente na exploração petrolífera manifestava sinais de colapso.

Actualmente, não se pode falar de um sistema migratório na região, ainda que ocorra um grande volume de migrações, voluntárias e forçadas, entre os países da região. Os tradicionais países de emigração e de imigração assumem, por vezes, ambas as condições (ex. Senegal) e/ou acumulam a posição de países de trânsito (ex: Mali e Níger). Só uma análise mais aprofundada da económica política da região e da inserção dos estados-membros da região no sistema mundial permitirá uma melhor apreensão do desmantelamento do sistema de migrações internacionais e a emergência ou reconfiguração da participação dos países da região no mesmo.

## BIBLIOGRAFIA

- Adepoju, A., 1995, Emigration Dynamics in Sub-Saharan Africa, *International Migration*, 33 (3/4), pp.315-390
- Adepoju, Aderanti, 2008, *Migration in Sub-Saharan Africa*, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet
- Afolayan, A., 2009, *Migration in Nigeria – A Country Profile 2009*, Geneva: International Migration Organization
- Amin, S., 1974, Introduction, in Amin, Samir; Forde, Daryll (Eds.), *Modern Migrations in Western Africa*, London: Oxford University Press
- Amin, S., 1995, Migrations in Contemporary Africa: A Retrospective View, in Baker, Jonathan; Aida, Tade Akin, *The Migration Experience in Africa*, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet
- Arthur, J. A., 1991, International Labor Migration patterns in West Africa, *African Studies Review*, 34 (3), pp. 65-87
- Ballo, Moïse, 2009, *Migration au Mali – Profil National 2009*, Geneva : International Migration Organization
- Bruijn, Mirjam de, Dijk, Rijk van e Foeken, Dick, 2001. *Mobile Africa: Changing Patterns of Movement in Africa and Beyond*, African Dynamic, 1. Leiden/Boston/Koln: Brill
- Carreira, A., 1982, *The people of the Cape Verde islands: exploitation and emigration*, London; Hamden: C. Hurst; Archon Books
- Colvin, L. G et al. (ed.), 1981, *The uprooted of the Western Sahel : Migrant's Quest for Cash in the Senegambia*, New York: Praeger Publishers
- Findley, S. et al., 1995, Emigration from Sahel, *International Migration*, 33 (3/4), pp.469-520
- Gould, W. T. S., 1974, Refugees in Tropical Africa, *International Migration Review*, 8 (3), pp.413-430
- Gould, W. T. S., 1974, International Migration in Tropical Africa, *International Migration Review*, 8 (3), pp.347-366
- Hamidou, I. M., 2009, *Migration au Niger – Profil National 2009*, Geneva : International Migration Organization
- Mabogunje, A., 1970, Systems Approach to a Theory of Urban-Rural Migration, *Geographical Analysis*, 2(1), 1-18
- McGowan, P., 2003, African military coups d'état, 1956-2001: frequency, trends and distribution, *Journal of Modern African Studies*, 41(3), 339-370
- Makinwa-Adebusoye, P. K., 1995, Emigration in West Africa, *International Migration*, 33 (3/4), pp.435-468
- OECD, 2005, *Trends in International Migration: SOPEMI 2004*, Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development
- Quartey, P., 2009, *Migration in Ghana – A Country Profile 2009*, Geneva: International Migration Organization
- Ricca, S., 1989, *International Migration in África: Legal and administrative aspects*, Geneva: International Labour Migration
- Russel, S. S., Jacobsen, K., Stanley, W., 1990, *International Migration and Development in Sub-Saharan Africa*, Washington D.C.: The World Bank, Vol. 1
- UN, *International Migration Stock: the 2008 revision*, online database
- UNESCA, 2006, *International Migration and Development: Implications for África*, Addis Ababa: Economic Commission for Africa
- Zachariah, K. C., Conde, J., 1981, *Migration in West Africa: Demographic Aspects*, Washington D. C.: World Bank
- Zartman, I. W., 1970, Portuguese Guinean Refugees in Senegal, in Brooks, H. C. & El-Ayouti, Y, ed., *Refugees South of the Sahara*, Westport: Negro Universities Press
- Zlotnik, H., 1992 Empirical Identificagtion of International Migration System, in Kritz, M., Lim, L. L., Zlotnik, H., *International Migration Systems: A Global Approach*, Oxford: Clarendon Press
- Zolberg, A. R., Suhke, A., Aguayo, S. (eds.), 1989, *Escape from Violence: Conflict and Refugee Crisis in the Developing World*, New York: Oxford University Press

**Páginas internet relevantes:**

African Elections Database: <http://africanelections.tripod.com/bw.html>

Economic Community of West African States: <http://www.ecowas.int/>

Heidelberg Institute for International Conflict Research: <http://hiik.de/en/konfliktbarometer/>

International Organization for Migration: <http://www.iom.int>

United Nations High Commissioner for Refugees: <http://www.unhcr.org>

United Nations Statistics Division: <http://unstats.un.org/unsd/default.htm>

World Political Leaders 1945-2010: <http://www.terra.es/personal2/monolith/ghana.htm>